



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Impulsionar o desenvolvimento dos trabalhos de mediação de conflitos

Nos últimos anos, a mediação passou a ser um conceito cada vez mais conhecido pela sociedade, sobretudo no ambiente social de Macau, onde o número de casos e a pressão dos tribunais têm aumentado de forma incessante. Neste ambiente, se os muitos conflitos, tais como familiares e de consumo, forem resolvidos através da via judicial, as partes têm de enfrentar um processo judicial moroso, o que constitui, sem dúvida, um encargo pesado. É de lamentar que a mediação em Macau ainda não esteja normalizada, institucionalizada juridicamente, nem sistematizada, o que só dificulta a sua divulgação e aplicação.

Veja-se o exemplo da mediação de conflitos familiares. O Governo afirma, nas várias respostas às minhas interpelações, que é necessário criar, em primeiro lugar, o regime geral da mediação em matéria civil e comercial, pois só assim é que se pode definir um regime especial que tenha em conta as características dos conflitos familiares; e mais, refere que está a desenvolver estudos sobre as matérias relacionadas com a proposta de lei sobre a mediação em matéria civil e comercial. No entanto, continua sem haver novidades nem calendário da produção legislativa sobre o regime em matéria civil e comercial e o regime da mediação de conflitos familiares. Na verdade, devido ao aumento das necessidades da sociedade nos últimos anos, para promover a implementação do regime de mediação familiar, as instituições



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

particulares, tais como a Associação Geral das Mulheres de Macau e a Associação de Mediação Familiar de Macau, entre outras, deram início a várias acções, incluindo a concretização do plano piloto de mediação de conflitos familiares, organização de cursos de formação para mediadores, e desenvolvimento de trabalhos de cooperação entre Zhuhai e Macau tendo em conta os problemas dos casamentos transfronteiriços e da vivência no outro lado da fronteira, mas estes trabalhos precisam de ser apoiados por meios legais.

É de salientar que, com o desenvolvimento integrado da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, tanto em matéria civil e comercial como em matéria familiar, os três territórios estão a construir activamente um mecanismo de mediação na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Em comparação com o Interior da China e Hong Kong, onde já foi criado um regime jurídico de mediação, Macau está em “branco” nesta matéria. Por isso, a criação do regime de mediação não é apenas um outro meio para resolver os conflitos de Macau, mas sim um factor importante com influência no desenvolvimento da cooperação regional.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:

1. A proposta de lei sobre a mediação em matéria civil e comercial foi elaborado ao longo de vários anos, com a sua conclusão prevista para 2019. No ano passado, na resposta à minha interpelação, o Governo refere que, quando estiverem reunidas as condições, vai ouvir as opiniões e sugestões da sociedade. Qual é o ponto de situação dos trabalhos? Quais são as dificuldades encontradas no processo de produção legislativa? Quando é que vão ter início os trabalhos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

auscultação pública?

2. Devido aos obstáculos à produção legislativa sobre a mediação em matéria civil e comercial, o processo legislativo sobre a mediação de conflitos familiares será adiado em conformidade. Tendo em conta o aumento da procura de serviços de mediação de conflitos familiares, o Governo deve iniciar, ao mesmo tempo, os respectivos trabalhos legislativos, com vista a acelerar a resolução dos conflitos familiares e a evitar a ocorrência de casos de violência doméstica. Vai fazê-lo?
3. Tratando-se duma medida complementar até à produção da legislação sobre a mediação de conflitos familiares, o Governo deve disponibilizar mais recursos para as associações cívicas no âmbito da prestação de serviços, trabalho jurídico e apoio técnico. Vai fazê-lo? Tendo em conta o número elevado de famílias que circulam entre os dois lados da fronteira e o casamento entre pessoas dos dois lados da fronteira, o Governo deve definir planos para desenvolver os correspondentes serviços e apoiar as associações cívicas. Vai fazê-lo?

6 de Agosto de 2021

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**